

# 32º Reunião Brasileira de Antropologia – 2020

## GT 06 – Antropologia da Economia

### O debate sobre classes sociais na antropologia brasileira<sup>1</sup>

Renata Mourão Macedo (USP)<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto discute como a temática “classes sociais” tem sido discutida na antropologia brasileira. A recusa ou a aproximação da perspectiva marxista, a definição de critérios e fronteiras entre os diferentes estratos, além da atribuição do peso explicativo que tal marcador terá na análise dos dados empíricos, são apenas algumas das questões que surgem ao refletir sobre tal temática. Se tais controvérsias ainda se fazem presentes na atualidade, torna-se relevante salientar como esses debates estão presentes há décadas na antropologia social brasileira. Nessa direção, o texto realiza um breve panorama histórico sobre algumas das controvérsias ligadas à classe social na área, dos anos 1940 até a atualidade, passando por autores como Florestan Fernandes e Donald Pierson, Ruth Cardoso e Eunice Durham, Gilberto Velho, Luiz Fernando Dias Duarte e Claudia Fonseca, entre outros autores contemporâneos. Mais recentemente, a discussão sobre mobilidade social da “nova classe média” no Brasil, por um lado, e o debate sobre interseccionalidade e articulação de marcadores sociais da diferença, por outro, reaqueceram a discussão sobre classes sociais na antropologia. O objetivo do paper é, assim, iluminar algumas das tensões presentes em tais perspectivas, discutindo como diferentes autoras e autores têm enfrentado a questão das classes sociais na antropologia nacional.

**Palavras-chave:** antropologia brasileira; classe social; mobilidade social; estratificação social

#### Introdução

Falar sobre “classe” nas ciências sociais como um todo, e na antropologia de modo específico, significa defrontar-se com controvérsias. A recusa ou a aproximação da perspectiva marxista, a relação com a estratificação racial, a definição de critérios e fronteiras entre os diferentes estratos, além da atribuição do peso explicativo que tal marcador terá na análise dos dados empíricos, são apenas algumas das questões que surgem ao se propor tal debate. Se tais controvérsias ainda se fazem presentes na atualidade, torna-se relevante salientar como esses debates estão presentes há décadas na antropologia social brasileira.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado na Faculdade de Educação da USP (processo nº 2019/25903-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP). O debate apresentado neste texto é decorrente de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, sob orientação de Heloisa Buarque de Almeida (USP) e financiamento CAPES.

Mais recentemente, a discussão sobre mobilidade social da “nova classe média” no Brasil, por um lado, e o debate sobre interseccionalidade e articulação de marcadores sociais da diferença, por outro, reacqueram a discussão sobre classes sociais na antropologia. O objetivo deste texto é, assim, iluminar algumas das tensões presentes em tais perspectivas, discutindo como diferentes autoras e autores têm enfrentado a questão das classes sociais na antropologia nacional. Por se constituir como um exercício localizado de reflexão, o texto apresenta algumas limitações. Por um lado, a menção a obras e autores concentradas no eixo RJ-SP (limitação que espero que seja reduzida a partir da sugestão das/dos colegas participantes do GT); por outro lado, limitações ligadas às dificuldades de delimitação com áreas afins, especialmente no debate com a sociologia brasileira.

## **I – Camadas, classes, grupos: debates sobre estratificação e mobilidade na antropologia brasileira (1940-1990)**

Ao menos desde os anos 1940, a tensão entre uma apreensão “descritiva” ou “explicativa” de classe social já se fazia presente no debate brasileiro sobre classes sociais, questionando inclusive as contribuições possíveis da análise antropológica para o tema. Tais tensões se expressaram em evento intitulado “Symposium sobre classes sociais”<sup>3</sup>, realizado em 1948 pela revista *Sociologia*, ligado à Escola de Sociologia e Política (na época ESP, atual FESPSP). Na ocasião, foram debatidas tensões e divergências sobre o tema (Guimarães, 1999; Jackson, 2007).

Encontravam-se, de um lado, Donald Pierson e Emilio Willems, que influenciados pela perspectiva da Escola de Chicago e dos estudos de comunidade, compreendiam ‘classe’ enquanto categoria empírica, definidora de estratos ou camadas sociais construídos a partir de pesquisas de campo realizadas em contextos específicos: “o único meio de esclarecer o conceito ‘classe’ é estudar a vida social e a cultura de sociedades específicas: de bairros, vilas e cidades; imergir-se na teia de relações, na ação coletiva, nas expectativas de comportamento de um dado tempo e lugar”, reivindicava então Donald Pierson (1948, p.73).

---

<sup>3</sup> Segundo Isabela Oliveira (2012), tal debate realizado em 1948, além da participação de Donald Pierson, Emilio Willems e Florestan Fernandes, contou com a presença de Antonio Candido, Luiz Aguiar Costa Pinto e Egon Schaden, entre outros pesquisadores. Sobre as alianças e tensões entre a perspectiva dos estudos de comunidade, a antropologia e a sociologia paulista nesse contexto, conferir também Simões e Peixoto (2003) e Jackson (2007).

De outro lado do debate, incorporando a perspectiva teórica marxista e weberiana, Florestan Fernandes reivindicava ‘classe’ enquanto conceito típico ideal, condicionado pela estrutura social que regeria ações coletivas nas sociedades capitalistas. Criticando os estudos de comunidade e o empirismo de certas pesquisas antropológicas, o artigo de Fernandes para o simpósio, intitulado “A análise sociológica de classes sociais” (1948), defendia uma “conceituação típico-ideal” das classes sociais, diferenciando-se da antropologia cultural, por um lado, e da história, por outro (1948, p. 101): “trata-se de saber se a atitude do sociólogo na análise das classes sociais distingue-se ou não da atitude do antropólogo cultural no estudo do mesmo fenômeno”. Para Fernandes, a resposta é positiva: enquanto o sociólogo, “abordando as classes como estruturas sociais”, enfocaria a “posição social”, o antropólogo deslocaria a ênfase para “o conteúdo cultural dos processos e estruturas sociais, deslocando o ‘focus’ analítico do sistema organizatório para a cultura” (1948, p.101). Segundo a interpretação de Mariza Correa (1995), tais disputas apontavam para algumas das cisões presentes nas ciências sociais paulistas de então: de um lado, os estudos sobre a ‘cultura’ – a serem desenvolvidos pela antropologia – e, de outro, o estudo da ‘sociedade de classes’ – a ser reivindicado pela sociologia<sup>4</sup>.

Nos anos 1950, no âmbito do projeto da Unesco, o debate sobre a questão racial articulado a classe ganhou corpo no Brasil. A coletânea *Race and Class in Rural Brazil*, organizada em 1951 por Charles Wagley, a partir do debate estabelecido entre o Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, apontava simultaneamente para a presença de uma “democracia racial” em paralelo a um “rígido desenho de classes” (Wagley, 1952). Já em São Paulo, a publicação em 1955 da pesquisa realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes intitulada *Branços e negros em São Paulo*, questionava a ideia de ‘democracia racial’, indicando a existência de “preconceito de cor” na sociedade paulistana, o qual criava barreiras para a integração econômica e social do negro na sociedade de classes (Fernandes e Bastide, 1971).

Nos anos 1960 e 1970, com o adensamento dos debates marxistas, de um lado, mas também de novas perspectivas qualitativas de análise, de outro, a temática da estratificação e da mobilidade social teve presença significativa na antropologia social

---

<sup>4</sup> Para além da possível tensão entre antropologia e sociologia, as controvérsias destacadas por Fernandes apontavam também para tensões dentro da própria sociologia, especialmente em relação as perspectivas contrárias ou favoráveis aos chamados estudos de comunidade, bem como a distintos embates institucionais (Simões e Peixoto, 2003; Jackson, 2007).

brasileira (Valle, 1999). Em São Paulo, ainda num diálogo estreito da antropologia com a sociologia, destacaram-se teses sobre o tema da mobilidade social, como o doutorado de Eunice Durham, *Assimilação e Mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista* (1964); a tese de João Baptista Barbosa Pereira, *Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo* (1966), assim como a tese de Ruth Cardoso *Estrutura Familiar e Mobilidade Social - Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo* (1972), todos tendo como foco a temática da mobilidade social pensada em grupos sociais específicos como negros e imigrantes.

Ao longo dos anos 1970, Ruth Cardoso e Eunice Durham seguiriam com tais reflexões, explorando a temática das classes populares a partir de temas específicos como favelas, a pertinência da categoria “subcultura” e a participação social das “populações de baixa renda” (Cardoso, 2011; Durham, 2005). Conforme depoimento de Peter Fry (ABA, 2006, p.221), nesse ponto, as duas antropólogas “tiveram um papel fundamental no estabelecimento da respeitabilidade política na Antropologia”, especialmente por afastar a área das acusações de ser uma “ciência pequeno-burguesa”. Já no Rio de Janeiro, encabeçada por Gilberto Velho, a reflexão sobre as “camadas médias urbanas” também ganharia corpo nos anos 1970, especialmente após sua dissertação de mestrado *Utopia Urbana*, de 1973, em que refletia sobre os valores e projetos da classe média carioca (Velho, 2002).

Nos anos 1980, em contexto de abertura política e de novos movimentos sociais ganhando força e visibilidade, alguns trabalhos passaram a questionar o (restrito) lugar que o marcador ‘classe’ vinha ocupando nas ciências sociais de então. Na coletânea *A aventura antropológica*, organizada por Ruth Cardoso em 1986, dois textos indagavam o lugar da classe no debate antropológico daquele momento. Conforme sublinhava Durham, os recortes empíricos que os antropólogos tendiam a focar naquele contexto de expansão da antropologia urbana eram grupos em que a posição de classe não ficava clara, como “moradores de Copacabana”, “favelados”, “habitantes da periferia paulistana”, “frequentadores de terreiros de umbanda”, “mulheres”, “negros” entre outros exemplos mobilizados pela autora (1986, p.27).

Em texto publicado na mesma coletânea, Maria Celia Paoli e Eder Sader (1986) também trouxeram importante contribuição, mobilizando um olhar mais otimista do que o de Durham. Segundo Paoli e Sader, especialmente a partir de 1968, produziu-se no Brasil um “novo imaginário sobre as classes populares” (1986, p. 52). Ao invés do paradigma anterior, em que a classe trabalhadora ou operária (ou, antes ainda, o “povo

brasileiro”) era vista pela produção acadêmica em sua negatividade, marcada pela heterogeneidade, pela migração urbana e pela falta de ação coletiva, no final dos anos 1960 essa tendência se transformava positivamente. Assim, no lugar da visão de uma “classe atrasada” e “pouco adequada”, as ciências sociais brasileiras passavam a refletir sobre as “classes populares” a partir de chaves analíticas como luta, resistência e criatividade. Especificamente na antropologia, destacavam-se nesse sentido obras como *A Caminho da Cidade* (1973), de Eunice Durham, e *O Vapor e o diabo* (1976), de José Sérgio Leite Lopes, entre outras. Claudia Fonseca (2006) também destaca os trabalhos de Alba Zaluar e Tereza Caldeira, ambos voltados para compreender o “popular”, dirigindo-se para as periferias.

Nesse novo contexto, e inspirados pelas perspectivas inovadoras de Edward Thompson [1963], Louis Dumont [1978] e Pierre Bourdieu [1979], entre outros autores estrangeiros, diversas pesquisas antropológicas brasileiras nos anos 1980 passaram a focalizar a “cultura das classes trabalhadoras urbanas” (Duarte; 1986; Lopes, 1987). Nessa direção, Luiz Fernando Dias Duarte, em importante pesquisa sobre “a vida nervosa nas classes trabalhadoras”, privilegiava um recorte empírico estabelecido pelo marcador classe social, focalizando as especificidades das “classes trabalhadoras” em relação às percepções de saúde. Tentando delimitar seu conceito de classe, mas na dificuldade de encontrar um recorte específico, Duarte sublinhava: “move-se aí em torno uma grande dança de nomes, qualidades e fronteiras que não é fácil de ser explicitada” (1986, p. 126).

Também Gilberto Velho seguiu elegendo um recorte de classe para o centro de sua antropologia urbana, focalizando as “camadas médias” como núcleo de seus interesses de pesquisa. A escolha pelo termo “camadas”, ao invés de classes, seria decorrente de sua filiação mais weberiana, segundo Claudia Fonseca (2006). Em texto de 1981, Velho já questionava oposições reducionistas entre camadas médias e camadas baixas. Velho apresentava assim uma visão mais matizada de tais determinações, em que classe aparecia como estruturante do “campo de possibilidades”, mas deveria ser acrescida de outras variáveis advindas da interação social, matizando a análise<sup>5</sup>.

Segundo Claudia Fonseca, se nos anos 1980 “uma produção antropológica sobre os grupos populares parece levantar voo”, nos anos 1990 os “ventos intelectuais e políticos mudam” (2006, p. 6). Segundo Fonseca, entre os motivos possíveis para tais mudanças estariam as pautas das políticas identitárias que ganharam protagonismo,

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, é importante lembrar a centralidade que a obra de Alfred Schutz tem para Velho, com a ênfase na perspectiva da fenomenologia.

deixando a questão de classe “para segundo ou terceiro plano” (Fonseca, 2006, p.6). Assim, a partir dos anos 1990 a pauta da violência urbana, das periferias e favelas ganharia força, deixando o recorte específico da classe diluído, tomado apenas como pano de fundo: “o estudo antropológico de classe, enquanto área temática, praticamente some do mapa” (Fonseca, 2006, p. 1). Com algumas exceções – com destaque para a continuidade da obra de Gilberto Velho e pesquisadores por ele inspirados – Fonseca constatava que “raros são os antropólogos que centram suas análises no recorte de classe” (2006, p.1). Ela própria contribuiria de maneira decisiva com o tema em etnografia sobre classes populares realizada em bairros periféricos de Porto Alegre no final dos anos 1990. Fonseca então se questionava: “*onde estão os debates capazes de aprofundar nossa compreensão das alteridades inscritas no jogo da estratificação social? Onde estão os novos termos que levam em conta a negociação das fronteiras simbólicas na sociedade de classes?*” (Fonseca, 2004, p. 221, grifos da autora).

## **II: Anos 2000: mobilidade social e interseccionalidade no centro do debate**

Apesar do tema da estratificação social por classes continuar lateral na antropologia, a partir dos anos 2000 algumas importantes pesquisas etnográficas focalizaram a reflexão sobre classes e mobilidade social. Em *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*, Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine Gomes (2008) revigoravam o tema ao analisar os processos de mobilidade social entre diferentes gerações familiares fluminenses, incluindo as famílias dos próprios pesquisadores. Matizando a visão adotada por Duarte nos anos 1980 sobre uma “cultura das classes trabalhadores urbanas” em oposição às classes médias, aqui o esforço seria compreender processos dinâmicos de permanência e mudança, com foco nos processos de individualização e mobilidade social das agora intituladas “classes populares”<sup>6</sup>.

A reflexão sobre desigualdades raciais a partir da articulação com classe também teve atenção de alguns trabalhos no período, como a tese de Reinaldo Soares defendida na Antropologia da USP em 2004, intitulada “Negros de classe média em São Paulo: estilos de vida e identidade negra”, ainda que a temática tenha recebido muito mais

---

<sup>6</sup> Sobre o uso da noção de ‘classes populares’ ao invés da expressão de influência inglesa ‘classes trabalhadoras’, conforme defendido nos anos 1970 e 1980, Duarte passou a afirmar que “dada as dificuldades de determinação das fronteiras desses espaços culturais, parece-me hoje melhor utilizar justamente a expressão menos precisa” (Duarte e Gomes, 2008, p. 277).

investimentos na sociologia<sup>7</sup>. Também os estudos sobre antropologia do consumo ganharam relevância no período, mobilizando o marcador classe na interface entre mercado, identidades e estilos de vida (Almeida, 2003; Lima, 2007; Simões e França, 2005; Leitão *et al.*, 2006; França, 2010; Scalco e Pinheiro-Machado, 2010). Estudar “os de cima”, conforme expressão de Laura Nader (2020)<sup>8</sup>, seguiu sendo exceção na antropologia brasileira. Ainda assim, alguns estudos como os de Jéssica Sklair (2007) sobre as práticas filantrópicas na elite paulistana podem ser mencionados. O trabalho de Adriana Piscitelli (2006) sobre parentesco entre grupos empresariais brasileiros também deve ser lembrado. No outro polo, etnografias urbanas sobre favelas e periferias das grandes cidades também enfrentavam a temática da estratificação social (Magnani, 2003; Pereira, 2005).

Nos anos 2010, diante de uma “pirâmide social em ebulição” (Kopper, 2016), antropólogos também entraram no debate sobre mobilidade social e ascensão a uma suposta “nova classe média” no Brasil (Yaccoub, 2011; Pinheiro-Machado, 2014; Almeida, 2015; Almeida e Macedo, 2015; Kopper, 2016; Spyer, 2018; Kopper e Damo, 2018). Tais análises demonstravam a contribuição da antropologia para tal reflexão, ao revelar “de baixo para cima” o modo como classe se constituía enquanto um operador cotidiano de sentidos, ações e novos imaginários políticos.

Em paralelo, o debate sobre marcadores sociais da diferença e interseccionalidade ganhou corpo no Brasil, postulando novos desafios para articulações entre categorias sociais como gênero, sexualidade, raça e classe (Saggese *et al.*, 2018). Para além das importantes traduções de autoras de tradições intelectuais diversas como Avtar Brah, Kimberle Crenshaw, Angela Davis, Anne McClintock e Daniele Kergoat, diferentes balanços sobre interseccionalidade foram publicados em periódicos acadêmicos nacionais, tanto na antropologia como em áreas afins (Piscitelli, 2008; Hirata, 2014; Moutinho, 2014). Também no Brasil, conforme análise de Helena Hirata (2014), a interseccionalidade se tornava um *hit concept*, espalhando-se para os mais diferentes temas de pesquisa. Em tais análises, embora o marcador classe constantemente seja anunciado como central na articulação com gênero e raça, na prática muitas vezes ficaria

---

<sup>7</sup>Na sociologia, a temática da classe média negra, e as diferentes perspectivas de mobilidade entre negros e brancos, foi pesquisada por Angela Figueiredo, com campo na Bahia, em tese defendida no IUPERJ em 2003. O tema vinha sendo abordado por Carlos Hasenbalg (1983), entre outros autores, retomando a perspectiva sociológica aberta por Florestan Fernandes.

<sup>8</sup> Em texto de 1972, Laura Nader já se questionava sobre a escassez de estudos antropológicos sobre as classes alta e média, além de questionar a insistência em estudar, por exemplo, a criminalidade apenas nas classes baixas, contribuindo para retirar estereótipos.

relegado a segundo plano, com exceção da perspectiva feminista de base mais materialista ou marxista (Hirata, 2014; Macedo, 2018).

### **III - Desafios que persistem**

A partir desse breve balanço, fica claro como o status do marcador *classe* variou na história recente da antropologia brasileira. Se, nas diferentes tradições da antropologia urbana, de um modo ou de outro classe se faz presente, o debate sobre pautas identitárias muitas vezes substituiu o debate mais explícito sobre estratificação social, aproximando-se nessa perspectiva da antropologia estadunidense, conforme debate já trazido por Sherry Ortner (1998), entre outros autores.

No debate sobre classes sociais realizado em 1948, Florestan Fernandes acusava a antropologia de limitar-se a “tratar da caracterização e da hierarquização das classes sociais na base das diferenças objetivas evidentes à observação direta”, deixando encobertos os “fatores determinantes das situações histórico-sociais” (Fernandes, 1948, p.104). A partir da perspectiva atual, olhando para diversos trabalhos da antropologia brasileira que abordam classe social, conforme levantado brevemente neste texto, vemos que tal afirmação não faria sentido. Como mencionado acima, diversos trabalhos, de maneira competente e inovadora, conciliaram conceituações teóricas mais amplas sobre classes com “a observação direta”, delineando teorias etnográficas sobre estratificação e desigualdades sociais no Brasil.

De minha perspectiva, entretanto, acredito que uma das principais contribuições da antropologia no debate sobre classes e estratificação social passe justamente pela “observação direta”, articulando a teoria com a capacidade de ouvir as pessoas e as instituições de um jeito que só a teoria etnográfica é capaz de fazer. Provavelmente seria pouco rentável para pesquisas antropológicas trabalhar com categorias sócio ocupacionais pré-delimitadas, conforme modelos formulados por John Goldthorpe ou Erik Wright e mobilizados nos estudos sociológicos contemporâneos de estratificação no Brasil<sup>9</sup>. Obviamente, não se trata de renegar tais importantes formulações teóricas, tampouco de negligenciar os “fatores determinantes das situações histórico-sociais”, conforme provocação de Florestan Fernandes. Mas trata-se justamente do desafio de compreender como tais “determinantes” delineiam, operam e constituem as vidas cotidianas e estas, por sua vez, produzem as situações histórico-sociais específicas. Como

---

<sup>9</sup> Sobre o debate das teorias neoweberianas e neomarxistas e o uso de categorias socio-ocupacionais na leitura da estratificação social brasileira, ver, entre outros, Maria Celi Scalón (1999) e André Salata (2018).

provoca Thompson, se não existe “amor sem amantes”, também é preciso marcar que “a relação [de classe] precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (Thompson, 2019, p.10).

Nesses termos, antropológicamente, seria interessante saber mais sobre questões atuais ligadas à classe social como: o que os jovens de baixa renda pensam hoje sobre a identidade “classe trabalhadora” (tão mobilizada nos anos 1980, constituindo-se como eixo do que foi o nosso maior partido de esquerda até hoje)? O que significa ser “classe média” diante da crise atual? Como as elites vivenciam e justificam a estratificação social brasileira marcada por extrema desigualdade? E para o mercado, classe segue o eixo norteador? Marcadores sociais de gênero e raciais se tornaram mais relevantes nas formações identitárias nacionais do que classe? Como diferentes percepções de classe são mobilizadas no cotidiano e o que elas dizem sobre ser de esquerda ou de direita no Brasil atual? Entre tantas outras questões possíveis que levanto neste esboço sobre o debate sobre classes sociais na antropologia brasileira, aberto para contribuições.

### **Referências bibliográficas**

- ABA, 2006. “Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso”. In: Conferências e Diálogos: saberes e Práticas antropológicas, 25º Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque. 2003. *Telenovela, Consumo e Gênero: “muitas mais coisas”*. Bauru: Edusc.
- \_\_\_\_\_. 2015. “Classe média” para a indústria cultural. *Psicologia USP*, vol. 26, n.1, São Paulo, 2015, p.27-36.
- ALMEIDA, Heloisa e MACEDO, Renata. 2015. “Discursos sobre a “nova classe média” na mídia: classe, gênero e raça em intersecção”. 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu - MG. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.
- CARDOSO, Ruth. 2011. “Sociedade e poder: as representações dos favelados em São Paulo”. In: CALDEIRA, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: Obra Reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011 [1977], pp. 170-184.
- CORREA, Mariza. 1995. “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: MICELI, Sergio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil, volume 2*. São Paulo: Editora Sumaré.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias & GOMES, Edlaine de Campos. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- DURHAM, Eunice. 1986. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ESCOURA, Michele e MACEDO, Renata. 2018. “Tensionamentos e negociações de desigualdades: notas etnográficas sobre consumo, classe e gênero”. In: SAGGESE, Gustavo *et al.*

2018. *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome e Editora Gramma.

FERNANDES, Florestan. 1948. “A análise sociológica das classes sociais”. *Revista Sociologia*, vol. x, n.2-3, 1948, pp.91-113.

FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. 1971. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FIGUEIREDO, Angela. 2012. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: EDUFBA.

FONSECA, Claudia. 2004. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

\_\_\_\_\_. 2006. “Classe e a recusa etnográfica” In: FONSECA, C.; BRITES, J. (org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FRANÇA, Isadora. 2010. “Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo”. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. 1999. “Classes Sociais”. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré/Anpocs.

HASENBALG, Carlos. 1983. “Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro”. *Revista de Antropologia*, n.26, 1983.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, vol. 26, n.1, São Paulo, jun/2014, p. 61-74.

JACKSON, Luiz. 2007. “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, n.65, 2007, pp. 34-49.

KOPPER, Moises. 2016. *Arquitetura da esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

KOPPER, Moises; DAMO, Arlei. 2018. “A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira”. *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 24, n.50, pp.335-376.

LEITÃO, Débora; LIMA, Diana e PINHEIRO-MACHADO, Rosana. 2006. *Antropologia e Consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: Ed. Age, 2006.

LIMA, Daniela. 2007. “Ethos "emergente": as pessoas, as palavras e as coisas”. *Horizontes antropológicos*. [online]. 2007, vol.13, n.28.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). 1987. *Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero-URFRJ, 1987.

MACEDO, Renata Mourão. 2018. “Reflexões sobre a categoria ‘classe’ no debate sobre marcadores sociais da diferença e interseccionalidades”. Anais 18th IUAES World Congress, Florianópolis, SC, 2018.

\_\_\_\_\_. 2019. *Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2019.

NADER, Laura. 2020. “Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”, *Revista Antropolítica*, n.49, pp.328-356, 2 quadr., 2020.

ORTNER, Sherry. 1998. “Identities: the hidden life of class”. *Journal of Anthropological Research*. Vol. 54, N.1, pp.1-27.

- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. 1986. “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro”. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.
- PEIXOTO, Fernanda; SIMÕES, Julio. 2003. “A *Revista de Antropologia* e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates”. *Revista de Antropologia*, v.46, n.2, pp.383-409.
- PEREIRA, Alexandre. 2005. “De rolê pela cidade: os pichadores de São Paulo”. Dissertação de mestrado em Antropologia, USP.
- PIERSON, Donald. “Como descobrir o que é classe?”. *Revista Sociologia*, vol. x, n.2-3, 1948, pp.71-75.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana e SCALCO, Lucia. 2010. “Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica”. *Revista de Antropologia*, v.53, n° 1, p.322-359.
- \_\_\_\_\_. 2014. “Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil”. *Revista de Estudos Culturais*, n.1, 2014, pp. 1-20.
- REIS, Reinaldo. 2004. “Negros de classe média em São Paulo: estilos de vida e identidade negra”. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2004.
- SAGGESE, Gustavo *et al.* 2018. *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome e Editora Gramma.
- SALATA, André. 2018. “Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes?” *Latin American Research Review*, 53 (1).
- SCALON, Maria Celi. 1999. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- SKLAIR, Jéssica. 2007. “Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana”. Dissertação de mestrado, USP.
- SIMÕES, Júlio; FRANÇA, Isadora. 2005. “Do gueto ao mercado”. In: GREEN, James (org). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.
- SPYER, Juliano. 2018. *Mídias Sociais no Brasil Emergente*. Londres: UCL Press.
- VELHO, Gilberto. 2002. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. 2013. *Um Antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WAGLEY, Charles (Org). 1952. *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: Unesco.
- WILLEMS, Emilio. 1948. “Velhos e novos rumos nos estudos das classes sociais”. *Revista Sociologia*, vol. x, n.2-3, 1948, pp.76-90.
- WRIGHT, Olin (Org). 2015. *Análise de classe: abordagens*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.